

COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AGENDA 2030

Reunião realizada em 12/08/2021

12ª Reunião Plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável

(5ª reunião de 2021)

I - Dia, hora e local da reunião;

No dia 12 de agosto de 2021, às 15h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a décima segunda reunião plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

- Débora Mateus Lima - Segmento 2 (3º Titular: Associação Artigo 19)
- Denise Croce Romano Espinosa – Segmento 3 (2º Titular: Universidade de São Paulo/USP)
- Ergon Cugler de Moraes Silva – Segmento 2 (3º Suplente: União Estadual dos Estudantes de São Paulo/UEE-SP)
- Kaísa Isabel da Silva Santos – Segmento 2 (2º Titular: Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-SP)
- Marlene Ferreira da Rocha - Segmento 1 - Região Centro-Oeste (1º Titular: Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
- Zysman Neiman - Segmento 3 (1º Titular: Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP)

Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:

- Claudia Abrahão Hamada (titular: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (titular: Secretaria Municipal de Saúde - SMS)
- Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Giovana Barbosa de Souza (titular: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- Maria Luiza Oliveira Gedeon (suplente: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL)
- Mariana Corrêa Barra (titular: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDDET)
- Marta Teresa Suplicy (titular: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)

- Meire Aparecida Fonseca de Abreu (suplente: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- Miriã Gomes do Nascimento (suplente: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Tomás Magalhães Andreetta (titular: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS)

Observadores que acompanharam a reunião:

- Lucas Roberto Paredes Santos (SMRI)
- José Roberto de Campos Lima (SME)
- Marcelo Eduardo Seron (SVMA)
- Iara Viviani e Souza (SMRI)
- Marina Medeiros de Oliveira Santos (SGM)
- Tatiana Rute Pontes Lima (SMRI)
- Malu Molina (SMRI)
- Thaís Brianezi (SVMA)
- Anna Carolina de Paula M. de Marco (SGM)
- Camila Cristina Barbosa Santos (CEPEDOC)
- Igor Pantoja (Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Fernando Antonio Beltrame (Eccaplan)

III – Pauta do dia:

- Aprovação das atas das reuniões dos dias 22/04, 20/05 e 24/06 (SVMA);
- Avaliação da proposta mínima de conteúdo para o plano de ação (SGM);
- Finalização do conteúdo do plano de ação a partir do ppa 2022-2025 (SGM);
- Relatório voluntário local 2021 – projeto de cooperação ucci (SMRI);
- 3º plano de ação em governo aberto (SVMA).

Marta: Eu quero agradecer a cada um pela dedicação que foi extremamente importante e muitíssimo intensa. Um trabalho muito duro de quem está nas Câmaras Temáticas, ter a paciência de ver item por item, pensar, refletir, discutir com o colega, brigar um pouquinho, ganhar ou perder. Essa é a ideia. Mas manter ali sua posição de diálogo, que é o mais importante. Parabéns para todos nós. E antes de passar a reunião para a Anna da Secretaria de Governo e para Thaís da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, eu gostaria de ver a pauta do dia e comunicar que eu vou ter que deixar vocês às 5:00 em ponto para ter uma reunião com o prefeito. Então dito isso, vou ler os pontos que vão ser discutidos hoje. Por ordem, aprovação das atas das últimas reuniões, avaliação da proposta mínima de conteúdo para o Plano de Ação, finalização do conteúdo do Plano de Ação a partir do PPA 2022 - 2025, apresentação do Relatório Voluntário Local 2021 e apresentação do 3º Plano de Ação em Governo Aberto. E agora eu vou pedir para Thaís conduzir a votação para aprovação das últimas datas e em seguida passamos para Anna para que inicie a apresentação da proposta mínima de conteúdo para o Plano de Ação. Obrigada e vamos ao trabalho.

Marta: Thaís, não dá para ouvir.

Giovana: Ela aparece, mas o áudio não está. Não está indo. Bom, eu vou começar a ler e aí na hora que ela conseguiu consertar o áudio ela entra e retoma o que eu falei. Em relação às atas, elas estavam atrasadas, a gente tinha tido um problema na questão da transcrição e elas foram enviadas para vocês, elas estão todas disponíveis nesse drive que está aqui. E a ata do dia 24/6 também foi compartilhada por e-mail com antecedência, foi transcrita por nós. E a gente pede que vocês assinem a nossa lista de presença que está neste link aqui. Então sobre as atas, era essa aprovação, as contribuições que a gente recebeu foram incluídas. A gente não recebeu, na verdade, a gente disponibilizou e não houve comentários. Mas quando há comentários, é uma tradição nessa reunião a gente incluir os comentários e no caso elas já estão disponibilizadas para apreciação. E outro informe nosso é que por favor vocês não esqueçam de assinar a lista de presença, que está aqui neste link.

Thaís: Obrigada, Giovana. Obrigada, secretária. Acho que eu consegui resolver o microfone. Aqui no chat também tem o link da lista de hoje. E a gente vai lembrando no meio da reunião e ao final. Mas, por favor, assinem. E essas 3 atas, havia 2 em atraso porque a gente estava usando uma empresa de transcrição e aí a gente não teve a lista passada nessas 2 reuniões. Então por isso que a gente mandou com bastante antecedência e, se alguém não está devidamente registrado, por favor, nos informe até o fim da reunião. Olhem, se não olharam ainda. O prazo era até dia 4, mas como a Giovana falou, é importante a gente ter a ata correta, então se alguém identificar aqui não está com nome ainda e compareceu, informa aqui no chat que a gente inclui. Porque as atas amanhã a gente já sobe na página. Então a gente fazendo aqui a propaganda, né, lembrando que todas as atas são públicas e uma vez aprovadas aqui no plenário, a gente está publica no site da Secretaria do Verde e Meio ambiente, na página da Comissão. A boa notícia é que a gente consegue agora fazer por conta própria a transcrição, porque a prefeitura também contratou Office 365 e parte dessa transcrição é automática. Então a gente não vai mais ter atraso nas atas. Tanto que a do dia 24 já foi feita dessa forma e as próximas também. E provavelmente semana que vem no máximo vocês já recebem a de hoje.

Anna: Só reforçando, como a Thais colocou no chat, para a gente ir preenchendo ao longo da apresentação mesmo o link de presença. Então eu vou passar para a parte que é o objeto da nossa discussão, que é avaliar e trazer percepções e primeiras impressões, comentários, sugestões de revisão em relação ao material que foi elaborado pelas Câmaras Temáticas durante esse primeiro bloco de proposição. A gente sistematizou todo o material recebido num documento unificado Word, para facilitar essa revisão e leitura mais transversal do material que foi produzido. E reforça que ainda é um material em construção, a gente terá até o dia 15 de setembro para preencher a versão final das fichas que foram enviadas no primeiro bloco, mas também a inclusão de fichas no segundo bloco a partir do material do Plano Plurianual, que também está em construção, em paralelo. Então o objetivo da nossa conversa hoje é na verdade colher contribuições nesse material preliminar que possam ser subsídio de discussão das Câmaras Temáticas. Esse exercício de finalização das fichas que ainda estão em aberto. E então a gente trouxe aqui o saldo geral de envios. Nós recebemos aproximadamente 40 fichas para esse primeiro bloco, que é bastante, é um exercício bastante significativo das nossas 135 metas municipalizadas. A gente propôs um conteúdo preliminar para ações, para quase 1/3 delas. Então é louvável todo o esforço que está sendo feito por todos os coordenadores e membros que compõem as Câmaras Temáticas, nesse exercício de formulação de ações do quadriênio. Então, primeiro, antes da gente entrar no objeto de discussão, queria agradecer o comprometimento de todo mundo e reforçar as palavras da secretária no esse esforço coletivo de produção do material. A ideia não é que a gente faça

uma leitura extensiva do documento, uma vez que ele é longo, mas que na verdade a gente colha contribuições e discussões que foram registradas ao longo do documento e faça um debate mais focado nelas e naquelas que os representantes que compõem o plenário desejam expressar, desejam compartilhar, o façam em conjunto. Antes de passar por esse momento mais de discussão do objeto do trabalho, eu queria convidar os coordenadores que estão aqui com a gente para contar o que foi essa primeira entrega, quais foram as principais discussões que cada uma das Câmaras Temáticas fizeram ao longo desse bloco e o que que vocês acham que vale deixar registrado enquanto temas que ainda estão em discussão ou temas que foram consenso. Eu pedi ajuda da Gabriela ou da Marina, se puderem compartilhar no chat também o link que a gente enviou por e-mail, assim todo mundo pode acessar o arquivo se precisar. Maria Luiza, coordenadora da SP Segura, Bem Cuidada e Ágil, você gostaria de compartilhar com a gente essas primeiras impressões sobre o primeiro bloco, por favor?

Maria Luiza: Boa tarde a todas e todos. Eu posso compartilhar um slide que eu fiz só para explicar o que eu vou apresentar? Dá licença. Vocês têm acesso à minha tela. Como a Anna como falou, eu estou coordenando a Câmara Temática São Paulo Segura, Bem Cuidada e Ágil. Eu trabalho na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e a nossa Câmara é composta por 30 membros, entre titulares e suplentes, sendo 18 membros do governo municipal e 12 membros representantes da sociedade civil. Nesse primeiro bloco, a gente elencou 7 fichas preliminares para elaboração do plano e essas 7 fichas elas estão relacionadas a 24 metas do Programa de Metas 2021 - 2024. A gente adotou como metodologia inicialmente contactar as secretarias responsáveis pelas metas, para entender quais eram e quais são as ações previstas, o que que estava sendo previsto, fazer então essa anamnese com as secretarias para depois trazer para discussão com a Câmara. E essas discussões foram feitas semanalmente desde o início e a gente chegou nesse resultado final de 45 indicadores ao todo relacionado com as 7 metas. Nessa 7 fichas, dentro desses 45 indicadores, a gente selecionou 30 que não tem valor consolidado previsto para 2024, de monitoramento para os próximos anos. E 15 indicadores passíveis de monitoramento pela municipalidade. Aqui eu tenho um ponto importante que eu gostaria de ressaltar também, que foi levantado principalmente pelos membros da sociedade civil. Que era a capacidade e limitação que eles têm, principalmente os que estão fora do governo, em propor novas ações. Sendo que a gente sabe que temos certa limitação tanto orçamentária quanto de capacidade técnica. Ao todo, a nossa Câmara propôs 67 ações. Sendo dentro dessa 67, 8 ações foram ações novas sugeridas e debatidas com a Câmara. Acho que eu consegui falar o que eu gostaria de falar e explicar. Eu não sei se vocês tem alguma dúvida, se vocês conseguiram é dar uma olhada no nosso material. Hoje eu dei uma olhada, dei uma analisada, eu vi que não tinha nenhum comentário pertinente a não ser alguma troca outra de palavras, vocabulário, mas nada de conteúdo. Então estou à disposição de vocês para o que vocês precisarem.

Anna: Isso. Então eu queria só agradecer Maria Luiza e reforçar que se tiver algum representante do plenário que deseja trazer alguma consideração em relação ao material da SP Segura, a gente abre esse espaço agora. Ergon.

Ergon: Na página 52. É, ótimo. Vocês preferem que eu fale? Não, é mais porque eu vi que é uma meta, não é que ela é bem quantitativa, sobre a ampliação de pontos de acesso. Mas eu não sei se valeria a gente ter outro tipo de métrica em relação ao Wi-Fi Livre. Isso porque a segurança dele também imagino que possa ser auditável, é a questão da qualidade da conexão. Porque, bem, na prática, mesmo dizendo pode ter acesso em vários lugares, não necessariamente tem uma qualidade de velocidade, tem uma qualidade de segurança, então eu queria entender se não é plausível a gente pensar em um indicador

que diga respeito também à qualidade desse acesso. Ou até mesmo uma cobertura desse acesso a nível de regionalização. Olha, eu acho que eu não sei se existe um mapa que mostra as regiões que têm esse acesso Wi-Fi Livre.

Marta: O Queiroz tem o mapa, que é o secretário. Eu acho que é um ponto muito relevante que nós deveríamos averiguar. Porque eles podem fazer um indicador enorme de pontos e deixar a região do extremo sul da cidade descoberta. E aí como é que faz? Então tem que ter um critério de qualidade. É aí tem que pensar, porque não é só pela extensão, porque não adianta por um monte de pontos de internet em lugares onde são muito desabitados, aí tem que ter um critério mais robusto.

Thaís: Eu fiquei com medo que o microfone não fosse abrir, gente, desculpa, minha internet está bem ruim hoje. Super válida mesmo a consideração. Só queria chamar atenção para uma coisa do formato do Plano de Ação, da metodologia. Acho que a Ana vai avançar nisso. Mas, como isso já apareceu, vou pontuar já. No Plano de Ação a gente não está a reabrindo a discussão dos indicadores da Agenda. Essa preocupação é o espírito total da Agenda 2030, que é o combate às desigualdades. Mas agora é o momento de traduzi-la em ação, não indicador. Então algo na linha "criar um mapa", isso tem que estar neste momento na ação para os 4 anos.

Anna: A gente tem aqui a Maria Luiza que gostaria também de fazer uma contribuição e a Tatiana.

Maria Luiza: Eu só queria fazer também um complemento. Esse indicador está relacionado à Meta 59 do Programa de Metas, que já está regionalizada e tem já o que é que vai ser aplicado em cada região, incluindo, como a secretária Marta falou, a zona sul. Então essa meta ela já está regionalizada e talvez a gente faça um trabalho paralelo ao que já está sendo previsto no Programa de Metas, também.

Tatiana: Gente, boa tarde! Minha câmera também não está funcionando, mas pelo menos o áudio sim. Sou Tatiana, da Secretaria de Relações Internacionais. É só uma contribuição com relação a fala do Ergon e da secretária. Eu acho que a gente deveria colocar a controle de qualidade também, porque a gente quer aumentar o número absoluto, mas a gente não precisa mudar o indicador em si, né, a gente pode colocar como controle de qualidade ações voltadas a isso. Também que não precisa necessariamente mudar o indicador.

Anna: Eu estou anotando como resposta ao próprio comentário do Ergon. E ideia é que ao fim da reunião, a gente encaminhe tanto o slide como esse documento fechado para que as Câmaras Temáticas tenham subsídio para esse encaminhamento. Mais alguma consideração em relação ao material da SP Segura? Eles trataram de acesso à internet, acesso à habitação, acesso à mobilidade.

Giovana: A gente pode considerar aprovada, então? Não temos ninguém inscrito.

Anna: Vou convidar então o coordenador Estevão, da Câmara Temática Saúde e Bem-estar, para fazer uma breve fala em relação a algum material que foi consenso nesse primeiro bloco e eventuais pontos ainda em aberto.

Estevão: Boa tarde a todos. Bom, primeiramente tivemos aqui, continuamos aqui na Saúde com uma conjuntura muito particular. A gente vem frisando que vocês têm que ter um pouco de paciência conosco porque a gente está em uma rotina bem atípica e isso inevitavelmente reflete nas nossas rotinas. Então a gente teve uma dificuldade para manter constância nas reuniões da Câmara Temática. Demandas de última hora. Mas nós conseguimos fazer alguns reuniões e avanços nesse sentido, pelo

menos no propósito dessa primeira etapa. Na compatibilização com o Programa de Metas, nós havíamos identificado 3 metas com uma a relação mais direta, das quais para 2 a gente conseguiu avançar bastante em propostas já de ação. Para a 2.2, relacionada à temática de saúde nutricional. Aí a 3.b que é uma meta muito focada em vacinação, ambas com a correlação bem direta. Ficou pendente e a gente avalia que podemos seguir sem prejuízo no cronograma, a partir das reuniões propostas e aprovadas no Plano de Trabalho, a apreciação de uma meta que é a meta de ampliação de Equipes de Estratégia de Saúde da Família. Está bem clara a correlação dela com aumento, ampliação da cobertura dos serviços da atenção à saúde. Então a gente já imagina que não não tenha muita dificuldade e maiores discussões em relação à proposta de ação, é uma ação que já está bem bem definida por parte pelo menos aqui da Secretaria Municipal de Saúde.

Anna: Obrigada, Estevão, pelo compartilhamento. Sim, a gente vai ter mais tempo, então a gente aguarda no segundo envio. Deixa eu rodar se a gente tem alguma contribuição específica em relação ao material que vocês enviaram. É, são mais sugestões de texto, acho, que vocês vão observar que tanto eu quanto a Gabriela, a Marina e a Thais fizemos bastante inserções no documento, mas são inserções mais a título de qualificar a redação, mudar a forma como está formulado, precisar metodologicamente. Daqui a pouco a gente vai fazer uma fala mais geral em relação a isso.

Gabriela: Anna, gostaria de falar. Eu sei que eles estão em processo de construção e que esse momento é mais pra gente alinhar metodologicamente a proposta de elaboração. Mas quero registrar que deixei um comentário em uma das primeiras ações, que o marco não está condizente com a ação. Então só chamar atenção para isso, né, para checar se a ação está dialogando diretamente com o marco proposto para o cumprimento. Tem uma proposta aí de qualificar o registro das doses por meio da sensibilização e a educação permanente dos profissionais e aí o marco de atingimento está a melhoria na cobertura vacinal. É lógico que é isso que se espera atingir, né, em última instância. Mas a ação trata especificamente da qualificação dos profissionais, então só fiz uma sugestão de de repente revisar no sentido de profissionais qualificados, profissionais capacitados, para dialogar mais com uma ação proposta.

Estevão: Perfeito, Gabriela.

Giovana: Mais alguém que esteja com a mão levantada e queira se manifestar em relação às 2 metas da Saúde? Não temos ninguém inscrito, Anna.

Anna: Certo. Então eu vou passar pro próximo. A próxima Câmara Temática por ordem seria Educacional. Se a coordenadora Miriã puder compartilhar um pouquinho.

Miriã: Olá, boa tarde, pessoal. Que bom estar aqui com vocês de novo. A discussão da Câmara de Temáticas Educacionais foi muito rica, tem sido muito rica, acho que é muito bom. As contribuições da sociedade civil são sempre agregadoras também, enfim, então tem sido gratificante. Nós conseguimos discutir as 7 metas relativas à Educação, o que desdobrou em 33 ações. Nós acabamos utilizando os 7 indicadores que estão no ODS. Houve uma discussão metodológica, também, no sentido de que algumas coisas, por exemplo, um indicador de especialização e a gente tem no Programa de Metas mestrado; enfim, aí nós acabamos colocando essa ação do mestrado também. Mas, enfim, acho que é parte disso, de tentar convergir os diferentes instrumentos e tudo mais. Além disso, eu acho que uma discussão interessante que surgiu, foi trazida pela sociedade civil, uma discussão sobre a metodologia de monitoramento mesmo do Programa de Metas. Ela tem sido bastante quantitativa e quando ela poderia

ser um pouco mais qualitativa também, no sentido de que às vezes você coloca o número, alcançar até 10 equipamentos e aí você não chega aos 10, você chega aos 9. Isso significa que não aconteceu? Não necessariamente, porque na verdade tem uma discussão de como a coisa foi se dando ao longo do caminho, que pode, enfim, que deveria também ser acompanhada pela sociedade civil. Então acho que essa é uma discussão interessante e como Secretaria de Governo está, né, também acompanhando ali a Câmara Temática, acho que evou então essa contribuição sobre monitoramento. Foi um momento importante da discussão. Eu vi que vocês indicaram nas contribuições agora no documento coisas relativas ao marco de atingimento. Enfim, é uma discussão que de fato a gente tem que fazer internamente. Na Câmara Temática e também aqui dentro de SME para para ver qual é o marco que nós vamos a indicar. Fora isso que também nós vamos receber uma visita do pessoal de de Relações Internacionais para para fazer duas contribuições de propostas de ações. Será no próximo dia 20 também e estendo o convite a quem mais quiser e puder participar. Enfim, é para discutir essa temática do combate ao racismo. Eu acho que é isso.

Anna: Obrigada, Miriã. Obrigada por ter compartilhado essa discussão em relação ao monitoramento. O nosso o documento final do Plano de Ação tem a proposta de estabelecer uma sessão introdutória relativa a isso e acho que a gente precisa aprofundar e avançar nesse detalhamento de como vai ser o acompanhamento continuado. Isso é objeto inclusive de debate do Plano de Ação em Governo Aberto que a Thais vai apresentar daqui a pouco. Então eu acho que qualificar os marcos de atingimento caminha um pouco nesse intuito da demanda de fazer um acompanhamento mais qualitativo das entregas, não só quantitativo. Mas a gente precisa avançar mesmo na estrutura e no fluxo do monitoramento. Eu vi que tem uma contribuição do Ergon.

Ergon: Duas contribuições bem pontuais. A primeira é que eu não vi nenhuma ação de educação de qualidade. Tem uns indicadores, aí quando eu fui para ação, eu não vi nada relacionado ao EJA.

Miriã: Posso responder, já? É que nós fizemos agora a fase de cotejamento do Programa de Metas. Quando nós formos para o PPA, aí a gente vai descrever todas as outras ações da Secretaria e aí o EJA com certeza estará também.

Giovana: Anna, a Thais quer fazer uma contribuição.

Thais: Só parabenizar as 3 Câmaras Temáticas que já apresentaram e chamar atenção para esse ponto que a Miriã trouxe que é fundamental. A gente, ao contrário do ano passado, em que teve 2 etapas que a gente fazia o bloquinho inteiro, ia para consulta pública, então, lembra, a gente dividiu as metas ODS em 2 blocos e a gente até chamava de Bloco 1 e Bloco 2. Discutiu no conjunto total o Bloco 1, foi para consulta pública. Discutiu no total bloco 2, foi para consulta pública. Aqui a gente está fazendo o processo como um todo, até porque a gente está tratando de integração de planejamento, então ele ainda está incompleto. É isso: tem ação que ainda vai entrar mesmo nas fichas já apresentadas, porque agora é que a gente vai olhar para o PPA, que é mais amplo. Além disso tem a oportunidade de olhar para as interfaces, então é bem rico esse exemplo que a Miriã deu que é o momento em que se já se identificou que ações que estão sendo protagonizados por Relações Internacionais têm tudo a ver com o ODS 4. E às vezes tem a ver com mais de um. Então até contando um pouquinho do bastidor, primeiro RI imaginou que caberia na Câmara Justa e Inclusiva. RI foi lá, participou, e em conjunto viram que caberia melhor no ODS 4. E agora tem a próxima reunião do dia 20 esse debate que já traz a Câmara Justa e Inclusiva, já mobiliza outras áreas lá dentro da Secretaria de Educação que não necessariamente estão no dia a dia da Câmara Temática. Então é só uma fala para dizer que eu acho que, assim, este agora é o

momento mais do que de aprovação, porque a gente não tem a versão final, mas da gente contribuir para a próxima etapa. De contribuir com alinhamento metodológico, claro, porque agora que está clareando, mesmo para nós mesmos, então vocês vão ver depois, vamos trabalhar um marco no particípio e vamos chamar ação com infinitivo. A gente não tinha dado essas orientações de forma tão explícita. Vocês vão ver que tem muita coisa ajuste de texto. Eu acho que mais que isso, esse é o momento da gente articular mesmo, entre as Câmaras Temáticas, porque a gente está em um trabalho super rico em cada uma delas. E no momento do plenário é o momento de a gente ver as interfaces, de potencializar as interfaces e aí eu acredito que nas Câmaras Temáticas que eu tenho conseguido acompanhar, fico feliz porque isso está acontecendo.

Anna: Sim, essa fala sua é muito importante. A gente vai reforçar daqui a pouco, mas é bom que você já trouxe, porque já dá um pouco de norte também para as nossas conversas aqui de de contribuição mesmo. Muita coisa a gente vai revisar ou complementar e aí é bom já ter isso registrado aqui, né?

Ergon: Uma complementação. É que na página 84 eu coloquei um comentário, também de algo que eu acho que é bem pontual. É eu notei, é evidente que a gente não está revisando nem a meta e nem os indicadores, mas eu notei que quando a gente vai falar de formação dos professores, a gente não usou em nenhum momento o termo formação continuada. E aí eu não sei se, eu não lembro se foi uma decisão, Thaís, não é? Porque a gente estava na Câmara de Educação e eu também não sei se seria adequado a gente incluir esse termo em algum momento ali da das ações, porque eu fico imaginando algum pesquisador procurando formação continuada na Prefeitura e não acha.

Miriã: No Plano de Ação a gente está falando basicamente de formação continuada. Tem um colega aqui, que é o José Roberto, que poderia falar um pouco mais sobre isso. Mas as ações que estão para baixo de formação, depois do mestrado, primeiro tem especialização e depois elas são todas de formação continuada, na verdade. Até eu vi que alguém sugeriu colocar no verbo, formar ao invés de formação, mas como é a forma como é conhecida, formação continuada mesmo. Então acho que a gente pode reformular isso: realizar formação continuada.

Anna: Pode ser. Eu registrei aqui só pra gente não esquecer, mas realmente a sugestão de alteração do texto precisa ser apreciada por vocês, para vocês entenderem o que faz mais sentido. Próxima seria SP Justa, coordenador Tomás, se puder compartilhar as discussões do primeiro bloco.

Tomás: Claro, Anna. Bom, pessoal, boa tarde. Meu nome é Tomás, eu sou da assessoria técnica da Secretaria de Assistência Social e estou coordenando os trabalhos da Câmara SP Justa Inclusiva. Retomando um pouco, a gente também começou a partir de uma análise da correlação da Agenda com o Programa de Metas. Então por isso que o escopo aqui das fichas produzidas, ele está um pouco mais reduzido do que o número total de metas que a Câmara. As discussões têm sido muito legais, nossa Câmara tem sido bastante colaborativa, está todo mundo bastante engajado. Estou vendo que a Marlene a Kaiza estão aqui na reunião conosco hoje, duas representantes da sociedade civil. Acho que tem sido bastante rico o trabalho e todos os componentes têm trabalhado junto, tem sido bastante legal. Bom, a gente identificou uma correlação com 4 é metas e a gente produziu no final 3 fichas. Entendendo que uma delas ainda precisava de um pouco mais de amadurecimento. Eu vou falar disso no ponto pendências, no final da apresentação. Então a gente se focou na discussão das metas 5.1, 5.2 e 10.2. A 5.1 diz respeito ao combate à discriminação de gênero na Prefeitura, bom, no município, na verdade. Tem uma relação direta com a meta 19 do Programa de Metas, com ações previstas para a Secretaria de Direitos Humanos que giram em torno basicamente do Selo de Direitos Humanos e

Diversidade. Então a gente contou com bastante apoio da equipe da Secretaria, as discussões foram interessantes e a gente conseguiu fazer a ficha com algumas ações. A meta 5.2 ela diz respeito à eliminação de violência de gênero e está mais relacionado às metas 18 e 57 do PDM, do Programa de Metas. Ela é interessante porque foi das iniciativas que a gente discutiu aquela que envolvia Humanos e ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho. E por fim a meta 10.2, que diz respeito à inclusão e promoção dos direitos sociais, econômicos políticos independentemente de questões de gênero, orientação sexual, raça etc e a gente entendeu que ela tinha uma correlação bastante forte com a meta 18 do Programa de Metas, principalmente no que diz respeito à inclusão do público LGBT a partir da expansão das vagas. Então como pendência, como mencionei, a gente identificou uma meta que poderia guardar relação aqui com a Agenda e o Programa de Metas, que é a meta 1.3, que diz respeito à inclusão em programas de transferência de renda. A gente ainda está aguardando algumas definições da Prefeitura em relação a como vai ser o modelo proposto para esse programa de transferência de renda. Então a gente preferiu aguardar um pouco antes de elaborar a ficha final dessa meta. Mas é isso. As discussões foram bastante boas e queria aproveitar aqui para agradecer publicamente a Gabriela e a Secretaria de Governo por todo o apoio. Vocês têm sido ótimos guias nesse processo, tá saindo um trabalho bastante legal. Parabéns a todo mundo que está envolvido. É isso, eu acho que não tinha nenhuma contribuição, por isso que eu não comentei. Mas se tiver algum questionamento estou aqui, convido também minhas colegas de Câmara para me complementar, se eu deixei passar alguma coisa importante.

Anna: Super obrigado, Tomaás. Deixa eu passar aqui, acho que estava mais para o fim. Se alguém nesse meio tempo também tiver alguma consideração, alguma complementação.

Ergon: Na verdade, tenho. Deixa eu achar que a página. Ali na página 118. Eu acho que é bem no final do documento, exato, finzinho da 117. É só uma dúvida, mesmo, ortográfica, para saber se ficou faltando o TI na sigla ou se é da política. E quando está falando de produzir documento como parâmetros para o funcionamento do programa nos Centros de Cidadania LGBTI+, só que existe uma outra política pública municipal, e aí eu não sei se ela está inclusa, essa minha dúvida, que são os abrigos para as populações travestis e transexuais. Se eu não me engano já existem 2 desses abrigos, eles chamam Florescer. E aí se ele já está incluso ou não estão inclusos. Eu acho que era importante a gente incluir aqui, porque diz respeito a produzir também um documento que avalie isso. São poucas vagas que são ofertadas nesse abrigo, mas eu acho que é uma política pública muito importante porque também existem abrigos que são de organizações. Enfim, acho que é um parâmetro relevante para a gente medir junto.

Tomás: Essa eu posso responder porque é aqui da minha Secretaria, mesmo. Eles não estão incluídos, é o Centro de Acolhida para População LGBT, são a uma política aqui da Secretaria de Assistência Social e eles já têm um documento com os parâmetros mínimos de funcionamento, que é a Portaria 46 de 2010, que estabelece a tipificação da rede sócioassistencial do município. Então o esforço da Secretaria de Direitos Humanos é de justamente avançar nessa regulamentação da rede de serviços daquela Secretaria. Então por isso que aqui a gente se limitou ao Centro de Cidadania e ao CRD, que foi um equipamento que a gente passou para lá recentemente. Agora, quanto à terminologia, eu acho que ali embaixo faltou ter mesmo. Eu posso verificar com a Secretaria de Direitos Humanos se eles têm utilizado LGBT ou LGBTI+, mas eu acredito que inclusive o nome da coordenação LGBT. Mas a gente pode verificar e fazer essa correção, mas isso é falha de digitação, mesmo.

Giovana: Não temos mais inscritos, Anna.

Gabriela: Eu acabei de levantar a mão. Na verdade, é só pra além de revisar o documento pensando nessas questões de forma, eu queria realmente convidar a sociedade civil a olhar para esse documento a partir das correlações que a gente possa não ter feito ainda. Então pode ser que vocês entendam: poxa, nesse tema não tem ação de determinada secretaria? É essa a oportunidade de fazer essa interlocução, de fazer essa integração, de conversar com outros órgãos para que a gente realmente una esforços em diversos temas que são bastante intersecretariais e que exigem um esforço coordenado. Então era isso, eu só queria, se vocês ainda não registraram, que registrem agora. O documento está aí. Abram o microfone e digam: olha, acho que nesse tema faltou consultar tal e tal secretaria. No nosso caso, por exemplo, a gente tem a questão da violência. No caso da Câmara Temática Justa e Inclusiva, a gente ainda está esperando conseguir uma interlocução com o pessoal da Secretaria de Transportes para falar do combate ao assédio no transporte público municipal. Então essa é uma interlocução que a gente ainda não conseguiu fazer, mas que a gente espera conseguir fazer e entregar até o final do nosso processo de elaboração do Plano, no dia 15 de setembro.

Anna: Isso. Mais alguma consideração em relação à SP Justa?

Giovana: Acho que não tem mais nenhum comentário, Anna, não tem mais ninguém inscrito.

Anna: Certo. Então, super obrigado, Ergon, mais uma vez. E Tomás. Queria passar então para SP Sustentável. Não sei se a coordenadora Vivian está com a gente.

Giovana: Sim, sim está presente.

Anna: Obrigada, é a única coordenadora que não compõe o plenário. Então fique à vontade, Vivian, para compartilhar a experiência do primeiro bloco.

Vivian: Boa tarde! Todos vocês me ouvem bem? Sim? Vamos lá. De maneira geral, é importante destacar que as 23 metas que estão na atribuição da CT SP Sustentável são mais desafiadoras no sentido de objetivação do que precisa ser é trabalhado nas linhas de ação. Parte delas não estão diretamente rebatidas no Programa de Metas, então como essa era a diretriz do primeiro bloco, a gente trouxe aquilo que conseguiu. E também tem mais duas que estão diretamente rebatidas, mas a gente não fechou a conciliação com as unidades da Prefeitura que coordenam a execução da meta. A gente recebeu algumas respostas, ainda está pendente de articulação. Uma é a 15.5, de Fauna, é de SVMA mas está inteiramente rebatida no Programa, mas a gente não teve a oportunidade de conversar com os colegas da Fauna para pensar as linhas de ação mais objetivas desse quadriênio. E a gente tem a expectativa que com o PPA isso vai conversar de uma maneira mais objetiva e direta, então vai ser mais fácil. Apesar dela também já estar rebatida no Programa de Metas, a meta 11.6, os colegas de Transportes, SPTrans, que é a questão da redução de gases de efeito estufa na mitigação da frota municipal de ônibus. A gente também alcançou resultados bem legais mas faltavam ainda questões do marco de atingimento, então a gente preferiu depurar um pouco melhor para depois trazer. E aí até com uma questão do PPA também conseguir deixar os indicadores, os horizontes de alcance dos indicadores, mais objetivos também. De maneira geral, o que a gente trouxe é aquilo que a gente já teve uma boa troca com as áreas fim que cuidam das temáticas dentro aqui da Prefeitura e algum amadurecimento também com os colegas dentro da CT, especialmente alguns da sociedade civil que já têm bastante propriedades em alguns desses temas. E aí também é importante destacar que em relação ao ODS 13, a gente tem uma novidade bem grande. A gente acabou de ter criada a Secretaria Executiva de Mudanças do Clima, que ainda está se estruturando e se entendendo em relação a como vai fazer a

priorização da implantação do Plano de Ação Climática. É importante destacar que lá na proposição da Agenda nos no final do ano passado, isso foi aprovado, todo o ODS 13 viria diretamente amarrado com a implantação e execução do Plano de Ação Climática. Então o que a gente fez aqui para o ODS 13 foi especialmente identificar aqui as metas do Programa de Metas que estariam respondendo pelas ações de mudança do clima. Que é o que a gente destacou aí na 13.1, na 13.2, fala objetivamente do Programa Municipal de Educação Ambiental, e isso já está sendo trabalhado pelas equipes da SVMA, então está bem colocado, e na 13.3 tem a própria instituição das ações do Plano de Ação Climática tem várias ações de curto, médio, longo prazo. O que a gente fez foi puxar todas aquelas e aí a ideia seria pedir que SECLIMA priorize as ações até 2024 que estão previstas. Então tem essa discussão ainda para fazer. Eu sempre destaco, já tinha comentado aqui com as meninas, com a Ana e com a Thais, principalmente, essa questão de que todas essas fichas, apesar da gente já ter apresentado, por exemplo essas 6 fichas, a gente ainda está em construção, porque tem linhas de ação que a gente sabe que só vai conseguir alcançar no PPA. Tem alguns temas que ainda estão muito soltos, vamos assim dizer, exemplo da meta 15.6, que fala da questão indígena no território. Então a gente tem a expectativa que nesse segundo bloco de trabalho, com a análise do PPA... mas ainda imaginando que nem o PPA a vai conseguir resolver algumas dessas coisas, a gente também tem a premissa que a gente adota desde o posicionamento da Agenda nos trabalhos do ano passado, que é também trazer linhas dos planos setoriais, dos programas ou projetos que a gente sabe que tem, que estão em andamento e que as secretarias ou as unidades que trabalham essas temáticas de algum modo vão fazer algum trabalho na implementação desses planos. Então a gente está falando aí, por exemplo, dos demais planos verdes da cidade: Mata Atlântica; Áreas verdes, protegidas e espaços livres; Áreas prestadoras de serviços ambientais. E também o Plano de Arborização Urbana. É importante destacar que tem muita articulação que já foi feita e estamos aguardando resposta. Então as questões de segurança urbana, né, a gente já tem um bem adiantado os debates com a Secretaria de Segurança Urbana em relação às ações de monitoramento relacionadas ao ODS 15 de GCM ambiental, por exemplo. O que a gente não fez foi trazer para cá aquilo que a gente entendeu que a unidade não fechou, que a Câmara ainda não sentiu que estava plenamente fechada. E aí também destacar que a gente ficou muito preso nessa questão de tentar objetivar uma linha de ação, um marco de atingimento e a gente ainda não fez uma análise de priorização dos indicadores. Vários desses planos a gente já tem algumas diretrizes internas na execução de algumas das nossas competências, então muito possivelmente a gente vai fazer essa amarração e aí vai ficar mais objetivo também destrinchar, definir quais são os indicadores. Porque também tem o ODS 12.5, por exemplo, de resíduos, a gente tem aí 20 indicadores, então talvez a ideia seja a gente focar nas linhas de ação que estão diretamente rebatidas no Programa de Metas quais delas vão responder mais diretamente. Aí eu não sei, é uma pergunta que eu tenho, depois eu vou discorrer aí com as meninas, é tem esse limite, não tem esse limite. Quantos indicadores a gente pode fazer? Quantas linhas de ação a gente pode fazer também? Enfim, eu acho que são essas coisas da construção metodológica que vão se esclarecendo conforme a gente vai fazendo. É isso, no geral tem sido desafiador, mas tem sido também bastante gratificante. São as metas mais diretamente relacionadas à sustentabilidade, então a gente tem todo um peso também na questão de gestão de florestas e na questão da manutenção e dos recursos dos parques e áreas verdes. E toda essa discussão ainda estava sendo bastante omentada dentro da SVMA seja por conta da construção do Programa de Metas ou agora o detalhamento dele no PPA. É isso, agradeço. Tem tem vários colegas da CT Sustentável aqui, fico feliz e também estou disponível para quaisquer esclarecimentos.

Anna: Obrigada, Vivian. Quero aproveitar a sua fala só para reforçar que é exatamente o objetivo desse segundo bloco: se debruçarem nas demais ações que as áreas estejam planejando implementar no quadriênio e fazer esse exercício de trazer para o Plano de Ação, avaliar onde que a gente pode detalhar e aí a nível de vinculação a gente está propondo a vinculação mais a nível de Programa e Objetivo estratégico do PPA. Daqui a pouco a gente vai apresentar isso. Mas esse esforço é super necessário, mesmo. Às vezes a ação orçamentária do PPA é mais genérica, às vezes ela é mais precisa. Depende um pouco de cada órgão. Mas o subsídio do PPA é mais um começo de conversa a ser aprofundado dependendo de cada um dos temas. É e aí aproveitando só também para responder antes de passar para alguém da sociedade civil: não tem uma limitação em termos de número de indicadores, número de ações. Fica a depender muito do que foi proposto por cada Câmara Temática em cada uma das metas do ano passado o que fizesse sentido de ser priorizado. A gente vai manter no documento os indicadores para os quais é possível estabelecer um desempenho numérico para o quadriênio. Os demais serão monitorados anualmente, mas não há uma limitação em relação a indicadores nem em relação às ações. Deixa eu passar para se alguém da sociedade civil quiser adiantar alguma contribuição que tenha feito.

Ergon: Eu vou chegar lá. Eu acho que só a questão dos indicadores, eu acho que eles estavam referenciados no PPA, se eu não me engano.

Anna: Qual comentário você fala, Ergon? Em alguma página específica?

Ergon: Não, estou perguntando para Thais, na verdade. O comentário é dela, não é meu, não sei se ela está ouvindo.

Thais: Estou ouvindo, sim. Mas na linha do que a Vivian explicou agora, não preciso comentar. É só um registro para a continuidade dos trabalhos. Tem muita articulação que ainda não aparece aqui, tem muita dúvida que a gente tinha. De novo, quero destacar que é um momento de oportunidade, de articulação. Estão aqui Vivian e Marcelo, da nossa Divisão de Informações Ambientais, quero aproveitar e agradecer e parabenizar o trabalho. E assim como eu vejo que acontece na Educação acontece no Verde e Meio Ambiente: cada reunião está servindo para gente articular, que é o objetivo do Plano de Ação. Olha que bacana: então, estamos iniciando a construção do Plano Municipal de Educação Ambiental e a área que cuida de Conselhos, que já conversa com a Coordenação de Educação Ambiental, pode aprofundar esse diálogo. É legal compartilhar com o todos os membros do plenário que amanhã teremos uma reunião técnica com todos os coordenadores de CTs, esse é o momento de falar: olha, vamos padronizar assim; não, discordo, vamos padronizar assado. E a gente vai aprofundar essas questões mais metodológicas. Mas eu acho que o desafio, para concluir, será fechar as fichas de ação porque o escopo da CT SP Sustentável é muito grande e a complexidade é muito maior. Então acho que nessa segunda etapa vai ser fundamental.

Vivian: Em em relação novamente ao ODS 13, é importante destacar que não é só SECLIMA, né, a gente tem a própria Secretaria de Relações Internacionais intermediando diversas parcerias do que é posicionar São Paulo como uma cidade global também no enfrentamento das temáticas de mudança do clima e nas questões da sustentabilidade. Então a gente já vem discutindo também com a equipe, os representantes de RI, como é que a gente traz essa questão das parcerias, do C40, WRI e outras, né? Fundação Ellen Macarthur na questão de economia circular, enfim, como é que a gente traz melhor ou comunica melhor que a prefeitura tem feito também dessas articulações e que são importantes. Mas é isso eu acho. Minha ambição, como eu coloco desde começo aqui para para para o pessoal de Governo,

é eu estou pensando um Plano de Ação não só focado na questão do quadriênio, que é muito importante, são as primeiras respostas que a gente vai dar, mas a gente tem que entender a Agenda como um horizonte dos 10 anos que ela está posicionada. Que para algumas temáticas, se eu tiver que pensar: poxa, eu não vou fazer nada em 4? Eu acho delicado. Então se eu tiver que pensar, por exemplo, eu ainda preciso achar quem é a minha articulação na Cultura e no Centro de Tradições Indígenas, que é o que foi escolhido pelos indígenas para articular com a Prefeitura. Como é que a gente posiciona a questão indígena? Embora os indicadores não sejam diretamente rebatidos, porque naquele momento a gente não teve como posicionar. Então é isso, a gente pretende fazer olhar para as 23 ODS que estão na nossa atribuição, que são bastante desafiadores. A gente vai precisar conversar um pouquinho melhor, embora eu sei que é bem possível a gente não propor uma ficha, né, para algumas ações, isso também foi bem destacado. É só entender esse alcance. Amanhã a gente pode discutir na reunião de coordenações, acho ótimo. Mas eu já queria também deixar um pouco registrado aqui o desafio dessa CT e como a gente realmente quer olhar para as temáticas de sustentabilidade e mudança do clima com mais objetivo. O que não é tão simples, até porque essas temáticas são novas. São Paulo vem aí há 2 anos aprofundado o debate da sustentabilidade e até me recordo muito a fala da secretária Marta no lançamento aqui da Agenda. Publicizar e comunicar melhor o que são ODS, o que são essas questões de sustentabilidade, ainda está acontecendo. Então acho que isso vale até mesmo internamente: as equipes técnicas da Prefeitura estão se apropriando melhor, os colegas da sociedade civil que já trabalham com as temáticas.

Anna: Pessoal, então eu vou seguir para a última, que é a Câmara Temática SP Eficiente, Inovadora e Criativa. Eu estou junto com a Gabriela fazendo esse trabalho de coordenação, dessa elaboração. É uma Câmara Temática bastante desafiadora também, uma vez que ela foi agregada. A Câmara Temática tem aí no seu rol de discussão 41 metas, o que é muita coisa. E temas que vão desde desenvolvimento institucional até segurança urbana, cooperação internacional. Então está sendo um aprendizado contínuo trabalhar com esses conteúdos e muito enriquecedor também. E nesse primeiro bloco a gente achou bastante convergência nas metas relativas à Controladoria. Então a gente conseguiu formular 4 fichas derivadas do Programa de Metas e aprofundar nesses compromissos que a Controladoria em conjunto com o Governo gestam, enfim, se comprometem a implementar nesse período. SMIT a gente também teve muitas contribuições e muitas vinculações também do Programa de Metas em relação às metas de cooperação internacional. E de metas que tratam desde cooperação de uma forma mais específica para alguma temática como segurança alimentar, energia limpa, acesso à alimentação. Outras que são mais agregadoras: então participação de São Paulo em ações de cooperação de instituições do sistema ONU. A gente também fez um exercício de detalhar todas as atividades previstas pela Secretaria de Relações Internacionais com foco em nessas vertentes. É nós tivemos 3 metas que são mais impactadas pela equipe de Segurança Urbana, seja de violência, seja de combate e prevenção ao crime, seja de prevenção ao porte de armas. Então também foi importante a contribuição que a gente recebeu deles. Em linhas gerais, a gente tem algumas pendências relativas também a ações que vão ser melhor detalhadas ou qualificadas a partir do material do PPA. Isso se dá em relação às atividades de capacitação, que são várias desenvolvidas em especial pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Então a gente pretende fazer uma complementação nesse segundo bloco, em conjunto com as demais metas que a gente vai discutir a partir do PPA, também e alguma pequena complementação em relação à ficha de acessibilidade de sites municipais para pessoas com deficiência. Eu acho que queria só registrar um agradecimento, a equipe está totalmente dedicada a essa entrega, no prazo que a

gente tem para fazer, e a equipe da sociedade civil que é sempre muito pontual e traz contribuições bastante significativas para nossa discussão.

Anna: Por mais que a gente tenha muita coisa para discutir em pouco tempo, é uma participação sempre muito qualificada. Então é isso que faz diferença para que a gente consiga avançar no desafio. É também abro a palavra e para qualquer membro da Câmara que quiser me complementar em relação a essa primeira experiência, principalmente a Gabi, que é a minha parceira de Câmara Temática. Eu vi já que o Ergon trouxe um comentário em relação às metas da CT Eficiente.

Gabriela: Com certeza, já tinha até levantado a mão pra complementar. Acho que em primeiro lugar quero parabenizar a coordenação da Ana. A nossa Câmara Temática São Paulo Eficiente, Inovadora e Criativa é um desafio muito grande, são muitas metas. E são muitos temas que acabaram ficando condensados, temas importantes. E se a Câmara Temática não tivesse sendo coordenada por alguém tão organizada como a Ana, eu acho que a gente não daria conta desse desafio. Porque são muitas metas, então é necessária muita interlocução com diversas áreas da Prefeitura, buscando, fazendo diversas reuniões prévias para conversar: "olha, proponho assim dessa forma". E para gente levar as propostas para discussão na Câmara Temática com a sociedade civil. Então eu quero principalmente parabenizar a Ana pelo esforço de organização, de condução desta Câmara Temática que é desafiadora, por conta de ter aglomerado 2 Câmaras Temáticas: a antiga Câmara de Temáticas Econômicas e de Temáticas Institucionais. Então é desafiador. E, mais uma vez, claro, convidar todos vocês a apontarem outras possibilidades de interlocução, principalmente nessa Câmara que tem muitas metas. Então pode ser que a gente não tenha visto todas as possibilidades de interlocução e de engajamento das áreas da Secretaria. Eu lembro que na Câmara Justa e Inclusiva, quando a gente estava discutindo a questão da violência, a gente estava muito preocupada com o atendimento. A gente estava olhando para o Programa de Metas, né, então a gente estava falando: "bom, redução da violência contra a mulher ou redução da violência de gênero". E a gente estava discutindo o atendimento e sociedade civil falou: "Cadê a promoção? Cadê o trabalho de prevenir a violência? Cadê essa estratégia de comunicação?". E acho que é o papel da sociedade civil, também, apontar para onde a gente não está olhando, dentro dos temas. Então provoço vocês aqui, pessoal, representantes da sociedade civil, a abrirem os olhos para esses lugares para onde a gente não está olhando.

Anna: Isso. Muito obrigada, Gabi, por reforçar. Ergon, não sei se você quer expor seu comentário.

Ergon: Ah, perfeito! Eu só quero reforçar também os elogios da Gabriela. Eu costumo dizer que vocês duas são as paladinas da nossa Comissão. Vocês são muito boas, fazem um trabalho excelente. Eu queria aqui trazer na verdade uma reflexão, porque eu estou nessa Câmara Temática. Mas é algo que eu não tinha percebido. Eu fui ver mais quando estava em formato de DOCS. A gente tem esse programa, a gente fez todo um debate sobre a segurança, sobre o que a Gabriela trouxe agora também sobre o controle, sobre a própria transparência. tem os mecanismos de transparência que a gente debateu no detalhe o SP 156. Só que eu fiquei dando uma olhada geral no contexto, aí eu não sei se me falha a memória, assim no próximo bloco a gente vai trabalhar mais em relação a isso, mas eu senti muita falta de ações relacionadas à participação social. E isso até quando a gente fala sobre transparência. A gente está falando sobre transparência aqui, mas no geral. Assim, nenhuma das ações que a gente desenvolveu, a gente não trouxe o tema participação social. Mas também eu não encontrei nenhum mecanismo direto de participação social. Então eu não sei se vale a gente refletir sobre isso e aí eu tomei a liberdade de trazer aqui e não lá, para nossa próxima reunião da Câmara Temática, porque é

algo que passou batido até para mim. E eu acho que é relevante os colegas aqui, até se alguém tiver alguma opinião nesse sentido, porque a gente está falando de transparência, a gente está falando de governo, aberto a gente está falando da administração pública. Então quais são os mecanismos de participação social que a gente consegue fortalecer em cima desses indicadores, dessas metas? Para incorporar nas ações.

Gabriela: É um dos temas da nossa reunião de amanhã, Ergon. Meta 16.7 da Agenda fala sobre participação social. Então a nossa reunião, ficam todos convidados, a Comissão fica toda convidada para participar amanhã às 10:30 a gente tem reunião da Câmara Temática São Paulo Eficiente, Inovadora e Criativa e na nossa reunião de amanhã a gente vai discutir os temas de participação social. A gente vai contar com convidados de duas áreas da prefeitura, os dois da Secretaria de Relações Inter Federativas. E dentro dessa Secretaria de Relações Inter federativas, é onde fica a equipe de Governo Aberto. Então tem a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto que vai participar da nossa reunião de amanhã e a equipe de Diálogos Abertos e Participação, agora eu esqueci como eles chamam. Mas são duas áreas da Secretaria de Relações Inter Federativas que vão participar da nossa reunião de amanhã. Pelo menos essas duas para tratar de participação social, acho que a equipe da Secretaria de Executiva de Gestão também vai participar. Enfim, vamos falar sobre isso amanhã. É só complementando a gente tem sobreposição de alguns temas, a gente acabou fazendo esse recorte. Então tem metas que falam de transparência passiva, tem metas que falam de transparência ativa. Essas duas a gente discutiu neste primeiro bloco. Mas a gente pode avaliar a partir da discussão de amanhã, pode ser o caso de alguma coisa passar para cá. A gente precisa avaliar a de transparência ativa e passiva ficaram mais vinculadas as ações de Controladoria, mesmo. E aí amanhã a gente vai aprofundar na questão dos Conselhos e dos instrumentos de participação, consulta pública, audiência. Então ficou um pouco dessa forma a organização. Mas a gente pode aprofundar sim, é bom para avaliar se de repente complementa alguma ficha que a gente já tem enviado. O PPA é mais amplo, mesmo, ele vai aparecer amanhã também.

Ergon: Perfeito, muito obrigado.

Anna: Imagina. Eu acho que olhando aqui o documento, era isso. Eu não sei se alguém fez alguma consideração nesse meio tempo. A gente passa para a próxima pauta?

Giovana: Acho que podemos passar, sim, Anna, porque não tem nem nem ninguém inscrito. Eu acho que foi tudo tranquilo, as contribuições necessárias foram feitas. Só lembrando a todas e todos que no chat tem a lista de presença, por favor não esqueçam de assinar. Acho que a gente segue para o próximo item da pauta.

Anna: Obrigada, Gi. Um. Vocês estão enxergando minha tela? Deu uma travadinha. Bom, então só reforçar alguns pontos que a gente já foi falando de uma forma mais dispersa, que são esses comentários que a gente registrou para revisão e finalização das fichas. Destacando um ponto que a gente tinha trazido no começo do roteiro de elaboração do Plano de Ação, mas que é importante a gente reforçar: a gente vai manter no documento do Plano de Ação aqueles indicadores para os quais é possível prever um desempenho numérico pro quadriênio 2024. Isso não impede que, na verdade é o nosso pressuposto desde sempre, que todos os 545 indicadores serão monitorados anualmente. Porém, alguns fazem sentido a gente acompanhar e monitorar o desempenho, outros a gente consegue estabelecer, já fazer uma previsão de desempenho. Então diferenciar as duas questões. E aí no Plano de Ação o objetivo é a gente comunicar quais são as previsões de desempenho. Mas a gente vai seguir monitorando todos os indicadores aprovados na Agenda Municipal 2030 anualmente. Então o primeiro

recorte que a gente faz aqui e o segundo ponto de destaque que é um pouco o que a Gabi e a Thais já trouxeram nas falas, também, nesse exercício de formulação das ações e revisão, quando a gente leu o material agora, a gente achou importante destacar que o texto da ação deve começar com verbo no infinitivo. Isso facilita pra gente entender o que objeto da entrega efetiva exatamente. As ações estão formuladas como expressões, a gente pede para que sejam formuladas na forma de verbo infinitivo, mesmo, que isso faz diferença. E ainda que os marcos de atingimento eles tenham uma relação direta com essa ação, sempre que possível. A Vivian já trouxe os grandes desafios da CT Sustentável em relação a isso, mas a gente reforça que é importante que sempre que possível a gente formule marco de atingimento diretamente relacionado àquela entrega da ação. E aí o seria o verbo no particípio. Então é realizar o curso de formação, curso de formação realizado. Formar turmas, turmas formadas. Para que a gente consiga acompanhar e dizer essa ação foi concluída e, sim, estamos avançando em relação àquele compromisso. Ou, ao contrário, precisamos monitorar porque essa ação ainda não foi feita. Em relação à linguagem, também, a gente atentou para o fato de que infelizmente a gente ainda acaba dialogando muito em siglas, em expressões que são mais do objeto de discussão de cada um dos temas. Então tomar atenção para esse cuidado com a linguagem simples na finalização dos documentos. Também para que o material seja acessível, obviamente isso vai ser revisado, a gente vai passar por um processo interno aqui de revisão depois. Mas sempre que possível termos muito técnicos virem de um jeito um pouquinho mais acessível facilita para nós também. E aí, por fim, propor ações que estejam relacionadas diretamente a cada meta da Agenda Municipal. Em alguns temas a gente observa que tem ações muito transversais que aparecem em várias fichas, então nesse exercício de finalização, uma vez que a gente já tem um insumo do bloco 1 e a gente já consegue enxergar essas ações que aparecem mais de uma vez em outras metas, é importante também avaliar se faz sentido manter, se não é o caso de reformular para delimitar exatamente qual que é a entrega em cada tema. Então, esse insumo do bloco 1 contribui diretamente para isso. O que é um pouco que eu estava falando: que a intersecção entre temas -uma vez que a agenda tem um olhar transversal. Então em relação a essa primeiro bloco, era isso. E nós trouxemos aqui um breve exemplo de opções que a gente poderia evitar. Não sei se faz sentido ler tudo porque a gente está com um tempinho um pouco curto. Mas a gente de todo modo encaminha por e-mail para que vocês tenham esse material e a ideia é que a gente reforce isso também na nossa reunião amanhã de coordenadores para que a gente consiga alinhar quando que é possível fazer isso, casos de exceção onde a gente não consiga e avaliar a melhor forma de formular para que as ações sejam factíveis de monitoramento. Essa é a preocupação: que a gente consiga entender o que foi feito, o que precisa ser feito e o que que a gente vai ter que acompanhar no monitoramento do Plano de Ação. Em relação ao bloco 2, a gente já está ansiosa em relação ao que a gente vai debater agora que há um material do PPA elaborado, preliminar. Ele foi elaborado pelos grupos de planejamento, coordenado pela Secretaria da Fazenda, então está em elaboração o Plano Plurianual até setembro deste ano. Então a gente está com um prazo bastante apertado dos dois processos de integração de instrumentos de planejamento e o objetivo desse segundo bloco é que a gente utilize esse subsídio elaborado pelos grupos de planejamento de forma preliminar, para que a gente consiga visualizar quais são as ações orçamentárias que cada órgão de governo está propondo PPA 22/25 e aí, a partir das ações orçamentárias, a gente consiga entender quais são as atividades, quais são as linhas de ação que cada órgão está se comprometendo a fazer. A Vivian também já trouxe que em alguns casos a ação orçamentária é formulada de uma forma muito precisa. Então equipamento x, capacitações do equipamento X. E outros casos não: ampliação de qualidade ambiental. Aí a gente precisa entender o que isso significa na prática. E isso vai variar, depende da estrutura de cada um dos órgãos. Mas a ideia é

que esse subsídio seja um convite à conversa. Para conseguir visualizar previamente a organização dos órgãos em termos de execução orçamentária e aí convidá-los a aprofundar se cada uma dessas ações tem relação com as metas da Agenda Municipal 2030 que cada Câmara está debatendo. Em alguns casos os indicadores das ações orçamentárias são indicadores da Agenda Municipal, então, melhor, a gente vai ter uma vinculação praticamente direta. Em outros casos a gente vai precisar aprofundar no entendimento do que é aquela ação. Então é uma planilha Excel com 4 abas, a principal aba de ação orçamentária, onde a gente vai fazer análise. Para a ficha final do Plano de Ação a gente só vai identificar o programa e o objetivo estratégico a que cada ação orçamentária está relacionada. E isso tudo está explicado na primeira capinha da ficha, onde a gente descreve o que é exatamente cada uma das abas e o que fazer com cada uma das informações que a gente está compartilhando com vocês. E frisando que é um material preliminar, eu vou reiterar isso, para que a gente não se confunda: o PPA ainda está em elaboração, tanto os textos das ações orçamentárias quanto textos dos indicadores ainda estão em processo de construção pelas secretarias. Então o que vocês vão receber é um material intermediário que a Prefeitura está compartilhando, para que a gente tenha insumo. Não é necessariamente a versão final do documento. Na verdade está longe de ser, e o objetivo é que a gente não discuta ao mérito de cada uma das ações orçamentárias, dos indicadores em si, mas utilize como subsídio para propor o Plano de Ação e aprofundar no detalhamento dos marcos de compromisso que cada um dos órgãos consegue atingir, está se comprometendo a entregar no quadriênio, em conjunto com a sociedade civil. É essa a diretriz bastante importante. Eu vou abrir aqui o documento só pra gente visualizar. E explicar nele para que todo mundo consiga acessar também o material, já está disponível na nossa pasta compartilhada. Como o PPA ainda está sendo elaborado, tem alguns órgãos cujo conteúdo está chegando, então a gente vai atualizar paulatinamente na medida que a gente receba as entregas que estão pendentes. E está aqui na nossa pastinha. Acho que até amanhã a gente consegue atualizar tudo. A dinâmica é a mesma que a gente trabalhou com o PdM, onde a gente criou um Excel unificado. A ideia é que vocês manipulem isso, baixem, usem os filtros que vocês acharem mais interessantes. E aí o foco da análise mesmo é a aba ação orçamentária. Então a gente até deixou em negrito amarelo: o objetivo da análise é que vocês se debrucem no entendimento das ações orçamentárias por órgão. Então de repente a minha meta da Agenda Municipal 2030 tem indicadores propostos pela Secretaria de Gestão, de Governo, de Cultura e pela Secretaria de Direitos Humanos. Então filtrar a partir desses órgãos quais são as ações previstas, ações orçamentárias previstas, e aí a partir do conteúdo das ações orçamentárias avaliar se tem atividades relativas à promoção de eventos, tem atividade relativa a Casa de Culturas, tem em relação com o Programa Aldeias, enfim, a partir do texto da ação estamental conseguir investigar um pouquinho o que o órgão vai fazer. Em alguns casos isso é mais fácil. No caso da Cultura isso dá para identificar um a um, em outros casos está mais agregado. Então vai depender um pouquinho de cada órgão. E aí na ficha final a gente só vai precisar identificar o Programa do qual aquela ação orçamentária de referência se relaciona e o objetivo estratégico. Então cada programa do PPA tem um objetivo estratégico relacionado. Tem alguns programas que tem mais de um objetivo estratégico, como é o caso da gestão de riscos e promoção da resiliência. Então é mais entender a qual dos objetivos estratégicos é aquele a que aquela ação orçamentária que foi utilizada como referência se relaciona, mas é a nível de identificação na ficha são apenas esses 2 níveis. A gente não vai precisar precisar qual ação orçamentária, seria um esforço muito surreal e desnecessário. Mas a ideia é que vocês utilizem todo o conteúdo que a gente tem até aqui de ação orçamentária, daquelas que tem indicadores, daquelas que não tem indicador, para fazer essa avaliação do que é que o órgão prevê. E aí tem ação orçamentária que vocês vão ver cujo indicador

proposto pode estar vinculado à Agenda Municipal 2030. E aí é a gente tem uma aba adicional também de programas, onde vocês podem identificar os indicadores por programa. A mesma coisa: alguns indicadores se relacionam à Agenda e alguns identificaram até especificamente qual que é o número do indicador. Outros casos, não. Mas essa aba é mais para subsídio mesmo, porque o objeto de análise é a ação orçamentária, os programas são agregados, a gente não consegue realmente entender o que que contempla cada coisa. Então em relação à ficha é isso. A gente vai ter uma reunião com os coordenadores amanhã para aprofundar nesse entendimento, avaliar a melhor forma de aprimorar esse subsídio e a ideia que na semana que vem as Câmaras Temáticas já estejam trabalhando com esse material. Eu vou voltar então para apresentação. E aqui são as orientações que estão no documento. Eu não sei se é o caso de ler, acho que não precisa, eu fui falando oralmente. E só reforçar o que está em laranja: há casos em que o indicador selecionado pelo órgão para monitorar ação orçamentária está diretamente relacionado à Agenda, mas há também casos em que por mais que o indicador do PPA não seja o mesmo do indicador da Agenda Municipal 2030, a ação orçamentária faz sentido debater, porque às vezes tem alguma atividade prevista dentro daquele escopo que contribui, sim, para a Agenda Municipal. Então a ideia não é gente restringir a vinculação do PPA à Agenda Municipal a nível de indicadores. Mas sim utilizá-los como subsídio para avaliar essa correlação e focar nas ações orçamentárias, ou seja, nas atividades previstas por cada um dos órgãos. É então acho que é isso. Acho que Gabriela está aí, se quiser me complementar em relação a essa parte antes da gente mudar de pauta.

Gabriela: Não querendo soar repetitiva em relação ao que eu já comentei. Representantes da sociedade civil, é uma oportunidade de conhecer mais sobre como o orçamento da Secretaria está estruturado, como que os órgãos da Prefeitura organizam as suas ações e é uma oportunidade de provocar: "Olha, vi que tem uma ação do programa Agente de Governo Aberto que vocês estão prevendo, dá para incluir? Como dá para a gente estabelecer um compromisso no âmbito do Plano de Ação dos ODS?". Porque vi que tem uma ação orçamentária e não tem um indicador relacionado na Agenda, mas poderia ser uma ação importante para promover transparência, para promover engajamento da sociedade civil, participação, enfim, então é uma oportunidade de provocar. Então é um material provocador de discussões e de reflexões junto aos demais órgãos da Prefeitura. Eu acho que era isso da minha parte, então.

Anna: Um próximo item de pauta já é Secretaria de Relações internacionais. Se a gente não tiver dúvida, então, eu vou ceder a palavra.

Lucas: Obrigado, Ana. Boa tarde a todos. Primeiro, agradecer a oportunidade de espaço de fala nessa reunião. E o tema que a gente vai discutir hoje, reiterando a fala da Gabi, é uma oportunidade da sociedade civil contribuir no Relatório Voluntário Local. Mas eu gostaria antes de contextualizar um pouco o que que é esse Relatório Voluntário Local. Bom, ele é um relatório, em princípio ele era um relatório elaborado apenas pelos governos nacionais, relacionado à Agenda 2030 e os ODS. Os governos nacionais elaboravam um documento anual sobre como que estava sendo a abordagem desses governos em relação ao ODS e também o que que eles já estavam conseguindo cumprir e avançar com relação à Agenda 2030 em todas as metas. E como que esse movimento ele acabou é saindo dos governos nacionais e chegando também nas municipalidades, nos governos locais? Em 2019, na cidade de Nova Iorque, ela puxou esse movimento dos governos locais ingressarem nesse processo de fazer o relatório voluntário, porém agora de forma local. E a gente foi convidado, a cidade de São Paulo foi convidada pelo prefeito de Nova Iorque, Bill de Blasio, na época, em 2019, para assinar uma declaração

se comprometendo a elaborar anualmente um Relatório Voluntário Local da cidade, da mesma forma com que os governos nacionais estavam elaborando, seguiria nos mesmos moldes de apresentar o que é que a cidade vem conseguindo já avançar em relação à Agenda 2030 e os ODSs. Porém, de forma localizada. Enfim, várias cidades pelo mundo aderiram a esse movimento. São Paulo foi uma das primeiras, junto com Nova Iorque, logo em 2019. E desde então a gente vem contribuindo anualmente com o Relatório Voluntário Local da cidade. E para esse ano a gente está integrando um projeto com a rede de capitais e cidades iberoamericanas, UCCI, que é uma organização internacional das cidades. Em conjunto com Buenos Aires, da Argentina, e Cidade do México, esse projeto tem como objetivo, além da elaboração do VLR, otimizar as técnicas de monitoramento e avaliação em relação aos ODS nas cidades. E nesse sentido o que a gente está buscando, trazendo essa oportunidade do VLR aqui para a Comissão ODS, a gente elaborou um cronograma para a edição do relatório de São Paulo. Para esse ano de 2021, esse cronograma vai ter um momento para contribuições tanto dos membros da comissão quanto para os membros da sociedade civil. Então a nossa ideia é fazer no dia 19, das 14 às 15:00, uma breve reunião para a gente apresentar esse sumário, depois que a gente fechar essa primeira versão no dia 16. Depois que a gente fechar essa primeira estruturação do documento, como que vai ser organizado essa estrutura, os principais indicadores que vão ser utilizados, enfim toda essa parte de como esse relatório vai ser elaborado. E no dia 19 a gente gostaria de abrir, convidar a sociedade civil, os membros da Comissão também para contribuir no relatório nessa oficina do dia 19. A nossa proposta é justamente de explicar um pouco mais e aprofundar o que é o VLR, como que ele funciona, como que geralmente são feitos esses relatórios, trazer um pouco dessa contextualização de forma mais aprofundada e apresentar um detalhamento maior qual que é a nossa proposta de documento para esse ano. É essa abertura ela vai ficar ocorrendo do dia 19, onde vai ter esse momento desse encontro, onde vai ser aberta, a gente vai compartilhar os links de acesso, enfim, toda essa parte para vocês poderem contribuir, a gente vai manter esses links abertos para contribuições até o dia 26. E à parte disso, em paralelo a isso e também a partir desse momento de fechamento dessas contribuições da sociedade civil, a gente vai entrar num esforço único de elaboração do VLR para conseguir finalizar todo o texto dele até o dia 10 de setembro, de forma que a gente consiga traduzir, diagramar, publicar efetivamente lá no dia 18 de outubro. Então, assim, acho que uma questão importante é que como a sociedade civil geralmente contribui nesses relatórios voluntários. Geralmente Agenda 2030. Então seria quais programas que estão sendo desenvolvidos, quais ações, com as quais projetos e os resultados que foram obtidos nessas ações, projetos que somam, é uma somatória de ações, tanto das organizações sociedade civil, quanto da sociedade. Então esse é o cronograma, como vocês podem visualizar. A gente está com essas datas, então é para vocês poderem participar. Eu vou colocar meu e-mail aqui no chat, eu vou pedir gentilmente para entrar em contato comigo para apontar o interesse. Olha, Lucas, eu gostaria de participar, de contribuir, de participar na reunião do dia 19. Eu vou compilar todas as pessoas que apontaram esse interesse e envio as informações para a gente poder se reunir no próximo dia 19, quinta-feira que vem. Bom eu não sei se alguém tem alguma dúvida, alguma sugestão, mas é esse o convite que eu gostaria de fazer para vocês e apresentar um pouquinho do que a gente está trabalhando com relação ao Relatório Voluntário Local de São Paulo para esse ano.

Gabriela: Eu queria só fazer um complemento. Desculpa, não sei se atravessei alguém, se alguém está com a mão levantada.

Giovana: Tem o Igor com a mão levantada.

Anna: Só complementar um ponto antes do Igor. O relatório voluntário local do ano passado foi publicado em paralelo à instituição da Comissão Municipal e ele foi coordenado por em conjunto com outras secretarias também, que foi um relato do processo de instituição da própria comissão. E aí a ideia desse ano era a gente trabalhar com o material que a Comissão elaborou no ano passado, que é a própria Agenda Municipal 2030. E a ideia do da Secretaria de Relações Internacionais é uue no dia 19 a gente faça uma reunião para mostrar o que é que a gente poderia fazer, sistematizar o material que a comissão já produziu, para atender a demanda de reporte internacional, do que a gente tem feito. E aí, a partir da elaboração do Plano de Ação, no Relatório Voluntário Local de 2022 a gente detalhe o esforço que a gente tem feito esse ano em termos de Plano do Quadriênio. Só reforçar o que é que a gente tinha pensado mesmo para de conteúdo para essa entrega desse ano.

Giovana: Obrigado Ana. Igor.

Igor: Oi, boa tarde. Esse tema do Relatório Local Voluntário interessa bastante para a gente da Rede, do Instituto Cidades Sustentáveis. Porque a gente tem acompanhado outros relatórios de outros municípios, de outros países também. E a gente participa de um grupo da sociedade civil, em nível nacional, que se chama GT para Agenda 2030, que faz anualmente um relatório luz, como a gente chama, da sociedade civil, em relação às entregas do governo. E esse relatório foi muito uma resposta da sociedade civil por conta da inação mesmo do governo federal e das omissões do governo federal em relação à Agenda 2030. Então foi necessário criar um relatório paralelo da sociedade civil. Então essa iniciativa de São Paulo não é fazer um Relatório Voluntário Local, que já vai ser a segunda edição. Na primeira acho que ainda não existia, não estava bem estabelecida a Comissão ODS. Mas nesse segundo relatório já existe uma Comissão, que trabalhou bastante inclusive nesse processo. É interessante, louvável essa iniciativa de trazer também um espaço aí de participação, ainda que seja uma semana de prazo para essas contribuições, eu acho que poderia ser um pouco mais, inclusive. E também queria perguntar sobre se isso vai ser apresentado para a Comissão ODS uma vez finalizado. Porque a ideia de que seja uma construção não só da Prefeitura, mas sim algo da cidade, e se é da cidade também inclui obviamente a Comissão Municipal ODS. Então eu queria entender um pouco, não vi aqui no cronograma nenhum espaço de apresentação para a Comissão inclusive se colocar e fazer considerações, mesmo que seja sobre o texto já finalizado, já que ele vai ser aberto anteriormente para contribuições substantivas. Então era isso, queria entender se e quando seria essa apresentação para a Comissão.

Lucas: Sim, nós havíamos pensado inicialmente nessa parte de abrir para contribuições. Mas o que acontece é que o nosso cronograma está um pouco apertado. Esse ano está sendo um ano bem ativo, com muitas atividades, o VLRO acabou sendo prorrogado um pouco. Então a gente está com esse prazo bem curto. Porém a gente poderia tentar organizar uma VLR até o final de outubro, para garantir que ele sai ainda esse ano. Porque às vezes quando a gente acaba abrindo um pouco para revisão, pode prorrogar muito prazo. A gente pensou também na questão das atividades que a Comissão vai estar envolvida ao longo desses próximos meses, porém acho que é o que a gente pode é pensar em como fazer, como organizar. Eu peço ajuda da Ana e da Gabi para a gente pensar nisso. Para ver também se a gente consegue fazer a apresentação do relatório para a Comissão. Num primeiro momento foi algo que a gente não não havia pensado.

Gabriela: Eu ia falar isso: a próxima reunião da Comissão ODS é no dia 23 de setembro, para a qual a gente vai aprovar a versão final das fichas. E o prazo para envio de documentos para a gente avaliar no dia 23 é o dia 15 de setembro. Então o prazo do VLR e o prazo do Plano de Ação eles coincidem. Nesse sentido, acho que no dia 23 de setembro, Lucas, a gente poderia passar um reporte, né? Do que foi esse processo e do que vai ter de material até lá, por mais que não seja a versão revisada finalizada.

Lucas: Certo, podemos incluir, com certeza.

Gabriela: Podemos encaminhar o convite para esta reunião sobre o Relatório Voluntário Local por e-mail a todos vocês. E aí quem tiver disponibilidade participa. Então vocês só ficam atentos: em vez de vocês manifestarem interesse em participar na reunião, a gente encaminha para todo mundo o link para acesso a essa reunião; quem tiver interesse e disponibilidade participa, certo?

Anna: Legal. Eu vou então passar para a última pauta. Thaís.

Thaís: Nosso último ponto de pauta, eu acho que ele conversa em certo sentido também com o Relatório Voluntário Local, porque ele traz para a gente a oportunidade de começar a nos debruçarmos sobre o âmbito do monitoramento, participação e transparência da Agenda 2030. Vocês têm acompanhado por e-mail e no grupo de do WhatsApp as informações que a gente tem mandado de que está em construção o 3º Plano de Ação em Governo Aberto, de que vai ter oficina de problemas, vai ter oficina de soluções. E a gente importou achou importante trazer um informe aqui um pouco mais estruturado de como está esse processo, porque ele é uma grande oportunidade da gente fortalecer, de pautar e fortalecer o monitoramento e a participação na Agenda Municipal 2030. Então primeiro contando um pouquinho que existe a Parceria de Governo Aberto, que na sigla em inglês se chama OGP. Que assim como Agenda Municipal 2030, começou com o nível nacional, com países, e depois se abriu a cidade e São Paulo também foi uma das primeiras cidades a participar. E seguindo uma metodologia da parceria de governo aberto, que é uma metodologia de participação que eles chamam de cocriação, as cidades ou países se comprometem a avançar em alguns temas ligados aos eixos de governo aberto, que são transparência, participação, luta contra a corrupção, inovação. E escolhem alguns temas, firmam compromissos metas. E isso é acompanhado e tem inclusive auditoria internacional da OGP. São Paulo está nesse momento construindo o terceiro plano, porque o nosso primeiro foi em 2016 e 17, ele foi de 1 ano só, foi logo que São Paulo aderiu à parceria internacional de governo aberto. E esse primeiro plano ele foi bastante focado em estruturar o tema de governo aberto na cidade. Então o Programa Agentes de Governo Aberto, os editais, a própria estruturação de uma área de governo aberto na prefeitura, eram compromissos que estavam nesse primeiro plano. O segundo plano em 2018 já teve 2 anos, foi um pouquinho maior, e ele já começou a avançar no que continua sendo um desafio para o terceiro plano, que é trazer as diretrizes e ferramentas de governo aberto para avançar nas políticas setoriais. Então desse segundo plano, por exemplo, fazia parte o compromisso de aumentar a participação no processo orçamentário e aí a gente teve a com a Fazenda o aprofundamento da experiência de orçamento participativo. Até recentemente a prefeitura lançou, em um programa que chama Copy Cola, que registra iniciativas de sucesso na prefeitura e gera um guia, gera vídeo, gera o que eles chamam de One Page, uma página síntese para servir de experiência, de inspiração, não só para a própria Prefeitura, para outras áreas, mas também para outras cidades. Então essa experiência do orçamento participativo estava no segundo plano e semana passada a Prefeitura lançou o registro dela. Esse é o primeiro plano de 4 anos, que coincide com a temporalidade no nosso Plano de Ação aqui da Agenda Municipal 2030. Os objetivos estratégicos, como eu comentei, continuam sendo como no

segundo plano, cada vez mais incidir, concretizar as diretrizes de governo nas políticas setoriais para se transformar em entregas efetivas, nos serviços mesmo à população. E dentro disso teve todo um processo participativo com oficinas online e com consulta pública na plataforma Participei+, para definir quais eram os grandes temas. E os 4 grandes temas definidos, como vocês sabem, porque a gente foi mandando informe, entre eles está a execução e monitoramento da Agenda 2030 e resposta às mudanças climáticas, além de fortalecimento do conselho, transparência de dados, padronização da linguagem e abertura de informações sobre contratações públicas. Como a Agenda 2030 é muito ampla, vocês podem ver que mesmo os 3 outros temas, no fundo, fortalecem a Agenda 2030, a sua implantação, porque se relacionam com outros ODS. Mas o fato é que a execução e o monitoramento da Agenda 2030 são um dos eixos que vão constar um dos 4 temas do Plano de Ação. A gente está justamente nessa etapa, que é agosto, de revisão da versão um e compromisso de consulta pública. Em amarelinho, dia 2 de julho houve a oficina pra gente aprofundar os problemas, os desafios em relação ao monitoramento da Agenda 2030 e enfrentamento a mudanças climáticas. A gente divulgou ela para vocês, né, no WhatsApp, por e-mail. No dia 29 do 7, com base nesses desafios, houve a oficina para começar a pensar então quais seriam as possíveis soluções, compromissos. A equipe de governo aberto fez uma sistematização e, isso, agora hoje, vou já colocar aqui no link, há pouco, enquanto a gente estava em reunião, a equipe de governo aberto abriu no Participei+ a consulta pública para esses temas. E depois tem uma fase de análise de viabilidade, mesmo, viabilidade jurídica, viabilidade técnica e orçamentária, para em outubro fechar qual vai ser de fato, quais serão de fato os compromissos ligados a cada um dos temas. Eu não vou conseguir, dado o avanço da hora, contar para vocês o que saiu até agora como proposta de cada um dos temas. Mas tem questões que pra gente são caras e que a gente precisa mesmo construir. E por isso é uma oportunidade, então a questão dos 545 indicadores estarem no ObservaSampa, esse compromisso de fazer o monitoramento da Agenda Municipal como um todo, mas não qualquer monitoramento, o monitoramento com linguagem simples, com participação. Então dialoga com que o Ergon colocou. Saiu também como proposta uma plataforma integrada para todos os planos municipais, com informações sobre o monitoramento deles. Dialoga com a Agenda 2030, também, porque como a Vivian da CT SP Sustentável falou, muitos dos compromissos que vão constar no nosso Plano de Ação podem não aparecer em Programa de Metas, podem não aparecer com destaque no PPA, mas eles estão em planos setoriais e a prefeitura vai ter ação nos 4 anos. Então acompanhar os planos setoriais também é importante para Agenda 2030. Tem formação continuada. Um dos marcos seria promover uma formação continuada em relação à Agenda 2030, e vai desde formação técnica para indicadores, até uma formação cidadã. Dialoga com o que a secretária Marta colocou no lançamento, né, de tornar ODS mais conhecido, popular, facilitar o engajamento da população. E tem um marco proposto que é um plano de comunicação e engajamento. E aí vocês vão ver lá que também não é qualquer plano, é um plano construído com a sociedade, ouvindo os territórios, as agências de notícia comunitárias, com maior ênfase para as periferias. Então tudo a ver com a Agenda 2030, aproveitando os espaços públicos de comunicação. Então isso é para dizer que estamos nesse momento, a cada reunião a gente vai contando para vocês a quantas anda, mas também reforçando o convite nos nossos canais, e-mail e WhatsApp, quando houver novas oficinas, novos momentos de participação. E o momento agora é de votar ali no Participei+. Não só votar, mas deixar seu comentário para aprimorar quais serão os compromissos efetivos relacionados ao monitoramento da Agenda 2030 no 3º Plano de Governo Aberto da Prefeitura. Acho que era isso.

Anna: Só reforçar então que a nossa próxima reunião é no dia 23 de setembro e aí a gente tem o prazo de 15 de setembro para fechar as fichas. Obrigada pessoal, boa tarde boa tarde gente, até a próxima.